

Responder aos novos fatores que favorecem os casamentos infantis na África Oriental e Austral

Notas políticas – Outubro de 2025





A just world for all women and girls

Sobre a Equality Now

A Equality Now é uma organização global de direitos humanos dedicada a promover mudanças legais e sistêmicas para acabar com a discriminação contra todas as mulheres e raparigas, em qualquer parte do mundo. Desde a sua criação, em 1992, já desempenhou um papel fundamental na reforma de 120 leis discriminatórias a nível mundial, com impacto positivo na vida de centenas de milhões de mulheres e raparigas, bem como nas suas comunidades e países — hoje e no futuro.

Trabalhando em parceria com organizações a nível nacional, regional e internacional, a Equality Now alia a sua sólida experiência jurídica a uma diversidade de perspetivas sociais, políticas e culturais, continuando a liderar processos de mudança essenciais para alcançar uma igualdade de género duradoura, em benefício de todos.



Sobre o Fórum Parlamentar da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC PF)

O Fórum Parlamentar da SADC (SADC PF) foi criado ao abrigo do Artigo 9.º (2) do Tratado da SADC e faz parte do quadro institucional da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC). O seu principal objetivo é promover iniciativas interparlamentares em torno de prioridades comuns, reforçando a democracia, o Estado de Direito e os direitos humanos na região. De acordo com o seu Plano Estratégico (2024–2028), o Fórum fic mandatado para aprovar Leis-Modelo, que funcionam como referência para os Paramentos-Membros da África Austral e além. Atualmente, o Fórum integra 15 Paramentos-Membros, representando mais de 3.500 parlamentares.

Agradecimentos

Este documento é uma publicação conjunta do SADC PF e da Equality Now. O relatório foi preparado por Nkatha Murungi, investigadora e consultora independente. Agradecemos à Excelentíssima Senhora Boemo Sekgoma, Secretária-Geral do SADC PF, e à equipa do Secretariado, incluindo o Sr. Krishna Seegobin, advogado e assessor jurídico e de políticas, e ao Sr. Sheuneni Kurasha, Diretor de Programas, pelos contributos técnicos e pela determinação insistente em pôr fim ao casamento infantil na região da SADC. Reconhecemos ainda a valiosa contribuição da equipa da Equality Now — Divya Srinivasan, Faiza Mohamed e Sally Ncube — para a elaboração deste documento.

Contents

Contexto e justificação	4
Recomendações de política	5
Análise contextual	7
1. Alterações climáticas	8
2. Migração	9
3. Pobreza	10
4. Conflitos	11
5. Tecnologia	12
Reflexões gerais a partir da análise contextual	13
Conclusão	14
Notas finais	15

Contexto e justificação

O casamento infantil continua a ser uma das violações mais persistentes dos direitos da criança em todo o mundo. Na região da África Oriental e Austral (AOA), o progresso rumo à sua erradicação varia bastante de país para país. De uma forma geral, contudo, a região ainda registra uma elevada taxa de prevalência, com mais de 50 milhões de sobreviventes de casamentos infantis a viverem na AOA.¹

Os esforços de combate ao casamento infantil enfrentam hoje um contexto em rápida transformação, que exige dos Estados e de outros atores uma adaptação contínua das medidas de prevenção, proteção e resposta, para garantir intervenções eficazes. Na realidade, as iniciativas de abordagem ao casamento infantil têm frequentemente servido de resposta às causas e fatores tradicionais relativamente ao casamento infantil, como o analfabetismo, a pobreza e as normas sociais nocivas baseadas em crenças religiosas e culturais. Enquanto estas continuam a ser relevantes, nos últimos anos novos desafios surgiram, reconfigurando e agravando os fatores que impulsionam o casamento infantil. Estes fatores emergentes estão a enfraquecer os progressos já alcançados e a limitar a eficácia de respostas focadas apenas nas causas tradicionais. Entre eles destacam-se:

- ▶ As **alterações climáticas**, que intensificam secas, cheias e a escassez de recursos, aumentando a incidência de casamentos infantis, entre outras consequências negativas;
- ▶ O ressurgimento e a evolução de **conflitos** e situações de insegurança, que fragilizam os sistemas de proteção, deslocam comunidades e aumentam o recurso ao casamento infantil como mecanismo de sobrevivência;
- ▶ O crescimento da **migração** e do deslocamento, voluntário ou forçado, que afasta as crianças de supervisão protetora aumentando o risco de casamento infantil;

- ▶ A **pobreza** persistente e o agravamento de desigualdades, que podem levar as crianças ao casamento infantil, devido ao acesso limitado a recursos, educação e meios de subsistência;
- ▶ O rápido avanço das **tecnologias**, que, embora facilitem o ativismo e a sensibilização, também propagam a desinformação que normaliza práticas nocivas, incluindo o casamento infantil.

Embora as evidências sobre o impacto destes fatores na AOA ainda estejam a ser consolidadas, algumas tendências claras já apontam para a necessidade de ação urgente. A Lei-Modelo da SADC sobre a Erradicação do Casamento Infantil e a Proteção de Crianças Já Casadas reconhece desafios como situações de conflito, migração e privação socioeconómica. No entanto, o contexto atual obriga os Estados a reforçar a implementação das suas disposições, garantindo que as respostas nacionais correspondam aos novos desafios — daí a pertinência deste documento.

Com o objetivo de acelerar a adaptação da Lei-Modelo à legislação nacional e a subsequente implementação dos padrões nela previstos pelos países da AOA, este documento procura orientar decisores políticos e outros intervenientes que trabalham para acabar com o casamento infantil na região da AOA e que pretendem apoiar os seus esforços no reforço de mecanismos de prevenção, proteção e apoio, bem como na promoção da colaboração entre diferentes atores. Baseado numa análise contextual atualizada, este documento recomenda medidas que os decisores podem adotar para dar vida aos princípios da Lei-Modelo e assegurar que as estratégias de combate ao casamento infantil sejam eficazes num cenário em rápida evolução, marcado por fatores emergentes e em constante mudança.

Recomendações de política

Face aos fatores emergentes analisados em detalhe nas secções seguintes, os Estados devem adotar medidas legislativas e administrativas que reforcem a sua capacidade de resposta ao casamento infantil. Estas medidas devem estar consagradas em lei, institucionalizadas através de políticas públicas e orientadas para garantir eficácia, ampliando o alcance da resposta atual. Para tal, recomenda-se que os Estados:

1. Alterações climáticas

- ▶ Integrem a prevenção do casamento infantil nas estratégias nacionais de adaptação às alterações climáticas e de gestão de riscos de catástrofes.
- ▶ Reconheçam e respondam aos impactos específicos das crises climáticas sobre as raparigas, como abandono escolar e casamentos precoces, através de apoio direcionado a meios de subsistência e educação.
- ▶ Adoptem uma abordagem sensível ao género para o empoderamento económico ao darem apoio a programas de oportunidades económicas resilientes ao clima para mulheres e raparigas nas comunidades afetadas.

2. Conflitos e insegurança

- ▶ Incorporem indicadores de proteção infantil, incluindo o casamento precoce, nos sistemas de alerta precoce e de resposta rápida a conflitos.
- ▶ Garantam a continuidade da educação, dos serviços da saúde sexual e reprodutiva e de proteção durante deslocamentos e emergências.
- ▶ Reforcem leis e mecanismos de responsabilização para prevenir casamentos forçados e relações de exploração em contextos de conflito.

3. Migração e deslocamento

- ▶ Alarguem a proteção legal a todas as crianças em mobilidade constante, incluindo refugiados, requerentes de asilo, migrantes sem documentação e crianças deslocadas internamente.
- ▶ Criem unidades móveis de proteção infantil para apoiar crianças em campos, assentamentos e centros urbanos de migrantes, incluindo as que já estão casadas.
- ▶ Facilitem o registo e a documentação para garantir que crianças migrantes, incluindo aquelas que sejam vítimas de casamento infantil, tenham acesso à educação, saúde e serviços jurídicos.

4. Pobreza e desigualdade económica

- ▶ Integrem a prevenção do casamento infantil nas estratégias de redução da pobreza e nos programas nacionais de proteção social.
- ▶ Aumentem o acesso ao crédito, à terra e a oportunidades de mercado para mulheres e raparigas, sobretudo em áreas rurais, para se reduzir o risco do casamento infantil.
- ▶ Condicionem o acesso a transferências monetárias à frequência escolar de raparigas.

5. Tecnologia

- ▶ Usem redes sociais e plataformas móveis para campanhas de sensibilização, mobilização comunitária e encaminhamento para serviços.
- ▶ Desenvolvam estratégias de contra-narrativas para combater a desinformação que normaliza o casamento infantil.
- ▶ Reforcem a literacia digital de raparigas e de comunidades para se reduzir riscos de exploração online.
- ▶ Institucionalizam e atribuam pesquisas contínuas sobre o impacto da tecnologia no casamento infantil, em especial no ambiente digital.

6. Interseccionalidade

- ▶ Garantam que políticas e estratégias para a abordagem de fatores emergentes do casamento infantil definam medidas específicas para grupos vulneráveis, como crianças com deficiência, migrantes e refugiadas, crianças de comunidades indígenas, e crianças em áreas rurais e periurbanas.
- ▶ Assegurem a disponibilização de recursos adicionais necessários para se apoiar esses grupos, possibilitando a sua participação em medidas de resposta tais como a prestação de alojamento razoável adequado para raparigas com deficiência.
- ▶ Adotem uma perspetiva interseccional na formulação de pesquisa sobre o impacto da tecnologia no casamento infantil.

Análise contextual

Apesar das diversas medidas adotadas pelos Estados e outros intervenientes, a incidência do casamento infantil na África Oriental e Austral (AOA) continua a ser elevada, com 32% das jovens casarem antes dos 18 anos.² Embora se tenha registado progresso consistente ao longo do tempo, principalmente em contextos de governação estável e de boas condições de vida, o avanço tem sido muito limitado em comunidades, regiões e países afetados por conflitos e emergências. Mesmo em países que registavam progresso, o surgimento de conflitos ou de outras crises compromete os avanços alcançados e reverte o sucesso havido no combate ao casamento infantil. Conflitos e emergências aumentam a vulnerabilidade de grupos e comunidades já marginalizados, expondo-os a um maior risco de casamento infantil.³ O deslocamento provoca frequentemente a separação das famílias e a perda de meios de subsistência, levando por sua vez algumas famílias a casar as suas filhas por razões económicas ou de segurança. A pobreza resultante do deslocamento aumenta também a probabilidade de exploração sexual e de relações transacionais, caminhos que conduzem ao casamento infantil. Além disso, conflitos e emergências fragilizam os sistemas de proteção infantil e reduzem a capacidade das estruturas tradicionais de governação para se manter a supervisão e a responsabilização.⁴

Há também provas crescentes da relação entre as alterações climáticas, a frequência e gravidade das emergências climáticas e o casamento infantil.

⁵ Nos últimos 10 anos, a região da AOA enfrentou eventos extremos como seca prolongada na Zâmbia, Zimbabwe e Malawi (2023/2024), cheias graves no Sudão do Sul, Quênia, Tanzânia, Burundi, Moçambique e África do Sul, e a subida do nível de água em lagos como Vitória e Baringo, no Quênia.⁶ Estudos mostram que, em alguns destes países, a incidência do casamento infantil aumentou na sequência da devastação e da instabilidade após estas crises climáticas.⁷ Em países como o Malawi, por exemplo, as taxas de casamento infantil cresceram significativamente após as cheias de 2015 e 2019.⁸

As questões emergentes estão interligadas e o seu impacto sobre as crianças é frequentemente acumulativo, contrariamente a estarem ligadas a uma única eventualidade. Por exemplo, as alterações climáticas criam condições que desencadeiam conflitos devido à escassez de recursos e deslocamentos, enfraquecem os meios de subsistência devido à queda da produtividade e rendimentos agrícolas e de outras actividades dependentes da natureza, levando as famílias para a pobreza, e gerando tensão ao obrigar comunidades a competir por recursos limitados, como terras cultiváveis. De igual modo, eventos climáticos extremos e conflitos levam indivíduos e comunidades a deslocarem-se em busca de melhores oportunidades económicas, levando também ao deslocamento interno, à migração transfronteiriça e à urbanização acelerada, o que, por sua vez, faz aumentar bairros de lata. Tudo isto relaciona-se diretamente com o aumento do casamento infantil.

É ainda fundamental reconhecer que formas diversas de vulnerabilidade — como a deficiência, viver em áreas rurais ou periurbanas, pertencer a uma comunidade indígena, ou ser criança migrante, deslocada ou refugiada — moldam a forma como raparigas e mulheres enfrentam estes desafios. Comunidades indígenas, por exemplo, são mais afetadas pelas alterações climáticas devido à sua estreita ligação e forte dependência de recursos naturais, como florestas. Da mesma forma, crianças com deficiência vivem frequentemente em situações de pobreza, exigindo que medidas de apoio económico às vítimas de casamento infantil sejam adaptadas para permitir a sua plena participação. Portanto, é crucial que os Estados adotem uma abordagem interseccional na formulação de respostas aos fatores emergentes que impulsionam o casamento infantil.

1. Alterações climáticas

As alterações climáticas referem-se a mudanças a longo prazo na temperatura e nos padrões meteorológicos.⁹ Na região da África Oriental e Austral (AOA), tais alterações manifestam-se através de fenómenos extremos como tempestades, cheias, secas, ondas de calor, ciclones e incêndios florestais.¹⁰ Em consequência destes eventos, as comunidades sofrem de uma redução da suaprodutividade, deslocamentos e migrações, e havendo um aumento da incidência de doenças e conflitos, entre outros desafios.¹¹ Tal como já ficou assinalado, nos últimos dez anos, vários países da região registaram eventos deste tipo, incluindo secas prolongadas, inundações e temperaturas extremas, com uma frequência crescente.¹² Alguns dos países da região são particularmente vulneráveis, como Madagascar, Comores, Malawi e Moçambique.¹³ Há evidências crescentes de uma ligação entre alterações climáticas e emergências conexas e a incidência do casamento infantil.¹⁴ Por exemplo, o governo do Malawi registou uma correlação direta entre as cheias e o aumento do casamento infantil.¹⁵ Em Moçambique, as secas e inundações elevaram as taxas de casamento infantil, enquanto na Etiópia estas diminuíram durante as secas, pois as famílias não conseguiam arcar com as despesas inerentes ao casamento.¹⁶

É também aceite que as alterações climáticas têm um impacto diferenciado por género, afetando homens e mulheres de forma distinta.¹⁷ As mulheres são mais afetadas devido a papéis em função do género e normas patriarcais que limitam o acesso ao capital e a medidas de mitigação.¹⁸ As secas prolongadas aumentam o tempo que as mulheres passam à procura de água e a uma maior exposição ao risco de violência sexual. Também aumentam a probabilidade de as raparigas abandonarem a escola, elevando o risco do casamento precoce.

A diminuição da produtividade agrícola e a limitada capacidade de adaptação dos pequenos agricultores significam que haja mais famílias lançadas na pobreza, sobretudo mulheres, que representam a maioria desses agricultores em África.¹⁹ O aumento de doenças causado por eventos climáticos extremos também significa que se sobrecarreguem mulheres e raparigas com os cuidados prestados a familiares doentes, sendo mais provável que a sua educação seja interrompida e aumentada a sua vulnerabilidade ao casamento.²⁰ O impacto económico das alterações climáticas, como perdas nas colheitas, perda de meios de subsistência e interrupção da educação, leva as famílias a recorrer ao dote como forma de complementar o seu rendimento, contribuindo para o aumento do casamento infantil.²¹ A perda ou mudança de meios de subsistência relacionados com as alterações climáticas, assim como os deslocamentos e a migração, aumentam ainda o risco de violência baseada no género e outras práticas prejudiciais, incluindo o casamento infantil.²²

Portanto, é essencial que os Estados assegurem que as medidas de mitigação e adaptação às alterações climáticas considerem o impacto diferenciado por género dessas alterações e apoiem estratégias que contribuam para eliminar o casamento infantil.

As mulheres são mais afetadas devido a papéis em função do género e normas patriarcais que limitam o acesso ao capital e a medidas de mitigação.

2. Migração

A migração tem sido uma constante na história da humanidade. Contudo, nos últimos anos, o número de pessoas em movimento tem aumentado continuamente, bem como os tipos de migração observados.²³ Na região da África Oriental e Austral (AOA), as tendências incluem uma maior mobilidade transfronteiriça, havendo mais e mais africanos a deslocarem-se para outros países do continente.

²⁴ Tradicionalmente, e de acordo com normas patriarcais do género, os homens constituíam a maioria dos migrantes económicos. No entanto, as estatísticas recentes mostram que a proporção de migrantes masculinos e femininos na maior parte dos países africanos é agora equilibrada.²⁵ A migração continua a ser predominantemente interna, influenciada principalmente por emergências climáticas, como secas e cheias, conflitos causados por recursos ligados a oportunidades económicas nos sectores mineiro e extractivo, e migração rural-urbana em busca de emprego.²⁶

A maior parte da população migrante de África provém de países da região AOA, com o Sudão do Sul a liderar como país de origem, seguido de perto da República Democrática do Congo (RDC), Somália e Sudão.²⁷ É importante notar que estes números nem sempre refletem a realidade completa, devido a factores como movimentos transfronteiriços ilegais ou informais e fraca fiscalização das fronteiras nos países africanos, que comprometem a fiabilidade dos dados oficiais.

Na África Austral, a migração é frequentemente motivada pela procura de melhores oportunidades económicas.²⁸ As indústrias extractivas, como a mineração em países como Angola, Zâmbia e África do Sul, atraem muitos migrantes da região.²⁹ O fluxo de migrantes a estas comunidades cria condições que facilitam a exploração sexual de mulheres e crianças, incluindo o tráfico sexual, a violação e o casamento infantil.³⁰ Na África Oriental, a migração é impulsionada sobretudo por conflitos e violência, como nos casos do Sudão do Sul, Etiópia e RDC. Factores ambientais e a falta de oportunidades económicas também levam à migração em países como Djibuti, Somália, Etiópia e Quênia, onde secas prolongadas nos últimos anos devastaram a agricultura e os meios de subsistência.³¹

A migração e o deslocamento aumentam para o casamento infantil, ao afastar crianças das estruturas e sistemas de proteção, incluindo famílias, escolas e outras instituições.³² A migração ligada às actividades extractivas cria ecossistemas locais, muitas vezes ocupados por trabalhadores migrantes e caracterizados por relações abusivas, incluindo exploração e abuso sexual e casamento infantil. Nos últimos anos, vários países da região da AOA registaram um crescimento das indústrias extractivas e, com isso, uma maior incidência de exploração sexual de crianças, incluindo casamentos infantis. É importante também sublinhar que, com a intensificação dos catástrofes de ordem climática na África Austral, não se pode excluir futuras migrações ou deslocamentos internos, pelo que os responsáveis por políticas devem manter-se vigilantes.

Com uma maior integração regional, redes de transporte mais desenvolvidas e fronteiras mais porosas, há cada vez mais crianças a atravessar fronteiras, muitas vezes desacompanhadas, aumentando o risco de exploração e casamento. Muitas dessas crianças migrantes surgem também sem documentação ou a trabalhar de forma ilegal noutros países, tornando-as ainda mais vulneráveis à exploração sexual e ao casamento e sem acesso a mecanismos de proteção no país de acolhimento.

A migração e o deslocamento aumentam para o casamento infantil, ao afastar crianças das estruturas e sistemas de proteção, incluindo famílias, escolas e outras instituições.

3. Pobreza

O Banco Mundial indica que houve progressos significativos na redução da pobreza extrema.³³ Apesar desse sucesso, a maior parte da população mundial continua pobre, estando concentrada principalmente em África.³⁴ A região da África Oriental e Austral (AOA) ainda reúne alguns dos países mais pobres do mundo, como o Malawi, o Burundi, o Uganda e a RDC, onde uma proporção significativa da população vive em extrema privação. A desigualdade entre os mais pobres e os mais ricos nestes e noutros países continua a aumentar.³⁵

A relação entre pobreza e casamento infantil está bem documentada. As famílias em situação de pobreza extrema podem recorrer ao casamento infantil como forma de reduzir custos ou tentar sair da pobreza.

A relação entre pobreza e casamento infantil está bem documentada. As famílias em situação de pobreza extrema podem recorrer ao casamento infantil como forma de reduzir custos ou tentar sair da pobreza.³⁶ Algumas das medidas mais eficazes para combater o casamento infantil têm-se apoiado na redução da pobreza através da educação, da criação de oportunidades económicas e de

programas de apoio financeiro, como transferências monetárias.³⁷ No entanto, apesar dos avanços gerais na redução da pobreza, as mulheres continuam desproporcionadamente representadas no seio dos mais pobres. De facto, as mulheres continuam a ser vítimas de injustiça económica, com acesso limitado a capital, à terra, trabalho doméstico e de cuidados não remunerados, e desigualdade salarial.³⁸ Esta realidade aprofunda a desigualdade de género e compromete os esforços para erradicar o casamento infantil. Quando as mulheres são economicamente desfavorecidas, têm maior probabilidade de casar ainda crianças do que aquelas mais empoderadas.³⁹ Mais importante ainda, a desigualdade económica entre homens e mulheres exige uma abordagem específica e intencional para uma abordagem incisiva da pobreza, que veja o fim do casamento infantil como caminho para sair da pobreza, e não apenas como consequência desta.

Também há evidências de que os esforços para se acabar com o casamento infantil tenham beneficiado mais crianças de famílias com melhores recursos, em comparação com crianças em contextos mais pobres. Por exemplo, a UNICEF indica que, na África Subsariana, o progresso na redução do casamento infantil nos últimos 25 anos se tenha concentrado principalmente nas famílias mais ricas, enquanto que as taxas entre os pobres chegaram mesmo a aumentar.⁴⁰ Este cenário evidencia a necessidade de que sejam tomadas medidas robustas e integradas que possam ir além da proibição legal do casamento infantil, abordando também os factores económicos e outros que alimentam a mesma prática.

4. Conflitos

Durante muitos anos, acreditava-se que os conflitos armados estavam a diminuir em África.⁴¹ As guerras de libertação dos anos 60 e a instabilidade pós-independência das décadas de 1970 e 1980 pareciam ter abrandado significativamente. No momento da sua adoção, em 2016, a Lei Modelo da SADC reconheceu que o conflito fosse uma causa do casamento infantil, considerando-sea sua reemergência como um “novo” desafio. No entanto, os acontecimentos recentes mostram que a reemergência do conflito se tornou em realidade contínua. Na última década, a região da AOA assistiu ao ressurgimento de conflitos em países como Moçambique, Etiópia, Uganda, Ruanda, Somália, Sudão do Sul e a RDC, bem como ao surgimento de conflitos internos em Madagascar, Quênia e Zimbabwe.⁴²

As taxas de casamento infantil podem ser até duas vezes maiores em contextos frágeis e de conflito, pois as famílias veem o casamento infantil como forma de proteger as raparigas da violência sexual e portanto de evitar a sua desonra.

Estes desenvolvimentos preocupam por várias razões, pois as causas e a natureza dos conflitos evoluíram: para além de disputas de governação, que incluem a luta por recursos (como na RDC e em Moçambique) e diferenças ideológicas (como na bacia do Lago Chade com o Boko Haram, e o Al-Shabaab no Quênia e na Somália). As razões em evolução indicam que os conflitos continuarão provavelmente a ser uma realidade significativa nas sociedades africanas durante muito tempo, em oposição a ter sido uma preocupação do passado mesmo em países que antes tenham desfrutado de paz e de estabilidade.

Como já se indicou, a relação entre conflito e elevada incidência de casamento infantil é clara. Por exemplo, as taxas de casamento infantil podem ser até duas vezes maiores em contextos frágeis e de conflito, pois as famílias veem o casamento infantil como forma de proteger as raparigas da violência sexual e portanto de evitar a sua desonra. De igual modo, as dificuldades impostas por conflitos, incluindo a exclusão escolar de raparigas, aumentam a probabilidade de casamento infantil em situações de conflito.⁴³ O ressurgimento dos conflitos como realidade continuada dos países da AOA ameaça reverter ou comprometer os progressos alcançados na erradicação do casamento infantil. Por isso, os Estados devem adotar medidas proactivas para prevenir conflitos, incluindo sistemas de alerta precoce, e exaustivas medidas de resposta a esses conflitos quando ocorrem. Ao formular medidas de resposta a conflitos, os Estados devem também incluir outras medidas no sentido da prevenção do casamento infantil e de proteção de raparigas já casadas nessas circunstâncias.

5. Tecnologia

A tecnologia é uma das características mais marcantes da atualidade, permeando todos os aspectos da sociedade, desafiando e moldando normas sociais. A tecnologia tem sido uma ferramenta poderosa na luta contra o casamento infantil, ajudando a expor a dimensão do problema e a exigir responsabilização. Por outro lado, a tecnologia também tem permitido a propagação de perspectivas alternativas, especialmente nas redes sociais, que se baseiam em informação errónea ou desinformação para justificar o casamento infantil e minar os avanços na sua erradicação. Além disso, a Lei Modelo da SADC sobre Violência Baseada no Gênero adotou uma definição ampla de violência baseada no gênero, reconhecendo a necessidade de proteger mulheres e raparigas contra os efeitos negativos da tecnologia, que podem contribuir para crimes relacionados com o casamento infantil, como sequestros e o tráfico humano. Embora algumas dessas vozes contrárias permaneçam marginais, não são inconsequentes nem devem ser ignoradas.

As medidas para erradicar o casamento infantil devem considerar a forma como a tecnologia pode ser usada para a prevenção e a erradicação do casamento infantil, para aumentar a eficácia das respostas implementadas.

A tecnologia também tem permitido a propagação de perspectivas alternativas, especialmente nas redes sociais, que se baseiam em informação errónea ou desinformação para justificar o casamento infantil e minar os avanços na sua erradicação.

Reflexões gerais a partir da análise contextual

Como esperado, existem grandes disparidades na capacidade de resposta dos países da AOA aos fatores emergentes do casamento infantil. Por exemplo, enquanto países como a Tanzânia e Angola já adotaram políticas e estratégias climáticas para orientar a sua resposta às mudanças climáticas e efeitos conexos,⁴⁴ muitos outros ainda não possuem abordagens legais ou políticas claramente definidas.

Algumas políticas de resposta às alterações climáticas reconhecem o impacto diferenciado dessas mudanças, no papel e impacto do gênero e o seu efeito no casamento infantil. Por exemplo, a Política de Mudanças Climáticas da Comunidade da África Oriental (CAO) reconhece o impacto diferenciado do gênero na resposta às mudanças climáticas. De igual modo, a Estratégia e Plano de Ação sobre Mudanças Climáticas da SADC reconhece o impacto diferenciado de mudanças climáticas na base do gênero exortando assim os Estados-Membros a levar em consideração o gênero na formulação das suas respostas a mudanças climáticas. Na qualidade de padrões abrangentes essas políticas permitem aos países da AOA analisar como as mudanças climáticas afetam o casamento infantil e as medidas necessárias para se lidar de forma adequada com os desafios emergentes.

Há também evidências de que os países estão gradualmente a incorporar medidas para abordar a situação de crianças em contextos humanitários, incluindo a priorização de direitos e serviços de saúde sexual e reprodutiva em casos de respostas humanitárias e a emergências. Por exemplo, a Estratégia Nacional de Resiliência do Malawi (2018–2030) prevê apoio educacional a raparigas em risco de casamento durante emergências.. Políticas destinadas a raparigas afetadas por conflitos estão a ser integradas nos serviços de saúde sexual e reprodutiva para se reduzir o risco do casamento infantil em países como o Uganda, a Etiópia e o Quênia.

Há evidências claras do impacto positivo destas medidas. No entanto, não deixa de ser evidente também que a maioria das iniciativas seja específica a projetos, fique limitada no tempo careça de caminhos claros para a aceitação jurídica política, bem como para uma eventual sustentabilidade a longo prazo.

Conclusão

O casamento infantil na África Oriental e Austral persiste como sintoma e motor de desigualdade enraizada, pobreza e violações de direitos. Apesar do progresso significativo na abordagem dos fatores tradicionais que conduzem ao casamento infantil, é necessário também dar-se atenção aos factores emergentes, incluindo mudanças climáticas, conflitos, a migração, a pobreza e a tecnologia. Os países da AO Ae mais além já enfrentam estes desafios noutras áreas políticas. É essencial que a ação para se acabar com o casamento infantil seja integrada de forma intencional nas medidas mais amplas destas políticas emergentes.

Para se responder a estes desafios emergentes, é necessário integrar a prevenção do casamento infantil nas estratégias de adaptação climática, resposta a conflitos, gestão da migração, redução da pobreza e literacia digital, ancorando essas medidas em princípios de transformação do género e da proteção da criança. É também necessário atualizar a Lei Modelo da SADC sobre a Erradicação do Casamento Infantil e a Proteção das Crianças já Casadas, para desse modo se refletir alguns desses fatores emergentes e incluir recomendações jurídicas e políticas que orientem a resposta dos Estados a uma tal problemática. Por fim, é fundamental que o Parlamento e o Executivo a nível nacional trabalhem em conjunto para promover políticas e leis anti-casamento infantil, garantindo que as respostas políticas direcionadas preencham todas as lacunas existentes.

Notas finais

- 1 UNICEF “Is an end to child marriage within sight? Latest trends and future prospects” (2023), disponível em: <https://data.unicef.org/resources/is-an-end-to-child-marriage-within-reach/>
- 2 UNICEF, Child marriage in Eastern and Southern Africa: a statistical overview and reflections on ending the practice (2022), p. 9, disponível em <https://data.unicef.org/resources/child-marriage-in-eastern-and-southern-africa-a-statistical-overview-and-reflections-on-ending-the-practice/>
- 3 Girls Not Brides, Child Marriage in humanitarian contexts: Thematic Brief (2020), disponível em https://www.girlsnotbrides.org/documents/959/Child-marriage-in-humanitarian-contexts_August-2020.pdf
- 4 The Alliance for Child Protection in Humanitarian Settings, Protection of Children from the Ground Up: Enhancing Localised Approaches in Conflict and Crises (2025), disponível em https://alliancecpha.org/sites/default/files/Background%20Paper_Protection%20of%20Children%20from%20the%20Ground%20Up_Enhancing%20Localised%20Approaches%20in%20Conflict%20and%20Crises_English.pdf
- 5 Ivan Henrico and Bohumil Doboš, Shifting sands: The geopolitical impact of climate change on Africa's resource conflicts, *South African Geographical Journal* (2024), disponível em <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/03736245.2024.2441116>
- 6 Green Peace Africa, Weathering the Storm: Extreme weather events and climate change in Africa (2020), disponível em <https://www.greenpeace.org/static/planet4-africa-stateless/2020/11/b6e9a1fa-weathering-the-storm-extreme-weather-events-and-climate-change-in-africa-grl-trr-04-2020-high-res.pdf>
- 7 UNFPA, Child marriage and environmental crises: an evidence brief (2021), disponível em https://esaro.unfpa.org/sites/default/files/pub-pdf/child_marriage_and_environmental_crises_an_evidence_brief_final.pdf
- 8 Governo do Malawi, Floods Post Disaster Needs Assessment Report (2015), disponível em <https://reliefweb.int/report/malawi/malawi-2015-floods-post-disaster-needs-assessment-report>; ACERWC, Continental study on climate change and children's rights in Africa: A Continental Overview (2024), disponível em <https://www.acerwc.africa/sites/default/files/2025-04/Continental%20Study%20On%20Climate%20Change%20and%20Children%20Rights%20in%20Africa.pdf>
- 9 Nações Unidas, <https://www.un.org/en/climatechange/what-is-and-a-climate-change>
- 10 Green Peace África, Weathering the Storm: Extreme weather events and climate change in Africa (2020), disponível em <https://www.greenpeace.org/static/planet4-africa-stateless/2020/11/b6e9a1fa-weathering-the-storm-extreme-weather-events-and-climate-change-in-africa-grl-trr-04-2020-high-res.pdf>
- 11 ACERWC, Continental study on climate change and children's rights in Africa: A Continental Overview (2024), disponível em <https://www.acerwc.africa/sites/default/files/2025-04/Continental%20Study%20On%20Climate%20Change%20and%20Children%20Rights%20in%20Africa.pdf>
- 12 Green Peace África “Weathering the Storm: extreme weather events and climate change in Africa” (2020), disponível em <https://www.greenpeace.org/static/planet4-africa-stateless/2020/11/b6e9a1fa-weathering-the-storm-extreme-weather-events-and-climate-change-in-africa-grl-trr-04-2020-high-res.pdf>
- 13 Consultar o Portal de Dados Imigratórios em <https://www.migrationdataportal.org/regional-data-overview/southern-africa>
- 14 Girls Not Brides Child Marriage in humanitarian contexts: thematic brief (2020), disponível em https://www.girlsnotbrides.org/documents/959/Child-marriage-in-humanitarian-contexts_August-2020.pdf; ACERWC, Continental study on climate change and children's rights in Africa: A Continental Overview (2024), disponível em <https://www.acerwc.africa/sites/default/files/2025-04/Continental%20Study%20On%20Climate%20Change%20and%20Children%20Rights%20in%20Africa.pdf>
- 15 ACERWC, Continental study on climate change and children's, rights in Africa: A Continental Overview (2024), disponível em <https://www.acerwc.africa/sites/default/files/2025-04/Continental%20Study%20On%20Climate%20Change%20and%20Children%20Rights%20in%20Africa.pdf>
- 16 Care, “Hope dries up? Women and Girls coping with Drought and Climate Change in Mozambique”, disponível em https://careclimatechange.org/wp-content/uploads/2016/11/El_Nino_Mozambique_Report_final.pdf

- 17 ONU Mulheres, *Gendered impacts of climate change: evidence from weather shocks* Policy Research Paper (2023), disponível em <https://wrd.unwomen.org/sites/default/files/2023-07/WB-gendered-impacts-climate-change.pdf> Vide também: Save the Children Born into the climate crisis (2021), disponível em <https://resourcecentre.savethechildren.net/pdf/born-into-the-climate-crisis.pdf>
- 18 Como acima.
- 19 ONU Mulheres, *The gendered impacts of climate change: evidence from weather shocks* Working Paper (2023), disponível em <https://wrd.unwomen.org/sites/default/files/2023-07/WB-gendered-impacts-climate-change.pdf>
- 20 ONU Mulheres, *The Climate-care nexus: Addressing the linkages between climate change and women's and girls' care, domestic and community work*, Working Paper (2023), disponível em <https://www.unwomen.org/sites/default/files/2023-11/working-paper-the-climate-care-nexus-en.pdf>
- 21 Resumo da reunião de pesquisa CRANK, *The interlinkages between climate change and child marriage: Learning from emerging evidence and practice* (2025), disponível em https://www.girlsnotbrides.org/documents/2381/Summary_Brief_Climate_Change_ENG_-_FINAL.pdf Ver também: Girls Not Brides, *How cash transfers can contribute to ending child marriage* (2021), disponível em https://www.girlsnotbrides.org/documents/1672/How_cash_transfers_contribute_to_ending_child_marriage_Thematic_paper_1.pdf
- 22 UNFPA, *UNFPA and the Climate Crisis: Strengthening Resilience and Protecting Progress within the Decade of Action* (2020), disponível em https://esaro.unfpa.org/sites/default/files/pub-pdf/unfpa_and_the_climate_crisis_2020.pdf
- 23 Migration Policy Institute, *Top Statistics on Global Migration and Migrants*, disponível em <https://www.migrationpolicy.org/article/top-statistics-global-migration-migrants>.
- 24 African Centre for Strategic Studies, *"African Migration trends to watch in 2025"*, disponível em <https://africacenter.org/spotlight/migration-trends-2025/>
- 25 Relatório mundial sobre migração da OIM (2024), disponível em <https://publications.iom.int/books/world-migration-report-2024>
- 26 Relatório mundial sobre migração da OIM (2024), disponível em <https://publications.iom.int/books/world-migration-report-2024>
- 27 OIM, *Migration and Migrants: Regional Dimensions and Developments: Africa*, disponível em <https://worldmigrationreport.iom.int/what-we-do/world-migration-report-2024-chapter-3/africa>
- 28 <https://www.migrationdataportal.org/regional-data-overview/southern-africa>
- 29 Como acima.
- 30 US Department of State, *2024 Trafficking in Persons report*, disponível em <https://www.state.gov/reports/2024-trafficking-in-persons-report/angola/>
- 31 Vide <https://www.migrationdataportal.org/regional-data-overview/human-mobility-data-eastern-africa>
- 32 UNICEF, *In Focus: Protecting children affected by migration and forced displacement*, <https://www.unicef.org/eca/media/37391/file/In%20Focus%20Protecting%20children%20affected%20by%20migration%20and%20forced%20displacement.pdf>
- 33 UN, *Relatório sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável* (2025), disponível em <https://unstats.un.org/sdgs/report/2025/>; Vide também <https://blogs.worldbank.org/en/opendata/progress-challenges-ending-extreme-poverty>
- 34 Banco Mundial, *Poverty, Prosperity, and Planet Report: Pathways Out of the Polycrisis*, disponível em <https://www.worldbank.org/en/publication/poverty-prosperity-and-planet>.
- 35 Oxfam, *"A tale of two continents: Fighting Inequality in Africa"* (2019), disponível em https://oi-files-d8-prod.s3.eu-west-2.amazonaws.com/s3fs-public/file_attachments/bp-tale-of-two-continents-fighting-inequality-africa-030919-en.pdf
- 36 Girls Not Brides <https://www.girlsnotbrides.org/about-child-marriage/why-child-marriage-happens/>
- 37 UNICEF, *"A synthesis of what we know works to prevent and respond to child marriage"* (2024), disponível em <https://www.unicef.org/media/162796/file/A%20synthesis%20of%20what%20we%20know%20works%20to%20prevent%20and%20respond%20to%20child%20marriage.pdf.pdf>
- 38 ONU Mulheres, *"Turning promises into action: Gender equality in the 2030 agenda"*, disponível em <https://www.unwomen.org/sites/default/files/Headquarters/Attachments/Sections/Library/Publications/2018/SDG-report-Fact-sheet-Sub-Saharan-Africa-en.pdf>

- 39 ONU Mulheres, “Turning promises into action: Gender equality in the 2030 agenda”, disponível em <https://www.unwomen.org/sites/default/files/Headquarters/Attachments/Sections/Library/Publications/2018/SDG-report-Fact-sheet-Sub-Saharan-Africa-en.pdf>
- 40 UNICEF, “Is an end to child marriage within sight? Latest trends and future prospects” (2023), disponível em <https://data.unicef.org/resources/is-an-end-to-child-marriage-within-reach/>
- 41 ONU, “A new era of conflict and violence”, disponível em <https://www.un.org/en/un75/new-era-conflict-and-violence>
- 42 Mbugua PN, Insurgencies and climate change induced conflicts in the eastern and southern African regions: examining the role of religious and traditional leaders in prevention and mitigation (2023), disponível em <https://www.accord.org.za/publication/insurgencies-and-climate-change-induced-conflicts-in-the-eastern-and-southern-african-regions-examining-the-role-of-religious-and-traditional-leaders-in-prevention-and-mitigation/>
- 43 UNICEF, “Is an end to child marriage within reach: latest trends and future prospects” (2023), disponível em <https://data.unicef.org/resources/is-an-end-to-child-marriage-within-reach/> This means that states must take proactive measures to prevent conflicts, including establishing early warning systems and implementing establishingtheestablishingin-reach/
- 44 ACERWC, Continental study on climate change and children’s rights in Africa: A Continental Overview (2024), disponível em <https://www.acerwc.africa/sites/default/files/2025-04/Continental%20Study%20On%20Climate%20Change%20and%20Children%20Rights%20in%20Africa.pdf>



 equalitynow.org
 programs@equalitynow.org
 [@equality-now](https://www.linkedin.com/company/equality-now)



 sadcpf.org
 info@sadcpf.org
 [@sadcpf](https://www.linkedin.com/company/sadcpf)